

A CONQUISTA DO PCCR UNIFICADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO PARÁ (2010-2023): ESTRATÉGIAS SINDICAIS¹

Alessandro De Melo Lima

Orientador Prof. Dr. Filipe Menezes Soares

RESUMO

Este artigo analisa as estratégias sindicais mobilizadas pelo Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) na luta pela implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) Unificado na educação pública estadual do Pará, entre 2010 e 2023. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório, articulando revisão bibliográfica, levantamento histórico de marcos legais e políticos, análise de publicações sindicais digitais e entrevistas semiestruturadas com sujeitos vinculados à trajetória de mobilização da categoria. O estudo insere-se no campo da História do Tempo Presente, considerando que a disputa pelo PCCR Unificado envolve fontes produzidas no próprio curso dos acontecimentos, como legislação, publicações institucionais do SINTEPP e memórias orais de agentes diretamente envolvidos no processo. Os resultados indicam que a implementação do PCCR Unificado não decorreu de concessão espontânea do Estado, mas de uma trajetória prolongada de mobilização coletiva, marcada por greves, assembleias, atos públicos, negociações, produção comunicacional e pressão institucional. As publicações do SINTEPP evidenciam diferentes formas de legitimação sindical sustentada em registros jurídico-administrativos, políticos, morais e sociais, enquanto as entrevistas revelam visão dos entrevistados sobre a união da categoria, à consciência de classe e à valorização dos trabalhadores da educação. Conclui-se que a conquista do PCCR Unificado deve ser compreendida como resultado de um processo histórico de disputa, organização sindical e construção coletiva de direitos na Amazônia.

Palavras-Chave: PCCR Unificado; SINTEPP; Estratégias sindicais; Educação pública; História do Tempo Presente.

ABSTRACT

This article analyzes the union strategies mobilized by the Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) in the struggle for the implementation of the Unified Career, Position and Remuneration Plan (PCCR) in Pará state public education between 2010 and 2023. The research adopts a qualitative and exploratory approach, combining bibliographic review, historical survey of legal and political milestones, analysis of digital union publications, and semi-structured interviews with subjects linked to the mobilization trajectory of the category. The study is situated within the field of History of the Present Time, considering that the dispute over the Unified PCCR involves sources produced during the course of the events themselves, such as legislation, SINTEPP institutional publications, and oral memories of agents directly involved in the process. The results indicate that the implementation of the Unified PCCR did not result from a spontaneous concession by the State, but from a prolonged trajectory of collective mobilization marked by strikes, assemblies, public demonstrations, negotiations, communication practices, and institutional

¹ Artigo Científico apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Universitário de Bragança, Faculdade de História.

pressure. SINTEPP's publications reveal different forms of union legitimacy supported by legal-administrative, political, moral, and social registers, while the interviews reveal the interviewees' views regarding category unity, class consciousness, and the valorization of education workers. It is concluded that the achievement of the Unified PCCR should be understood as the result of a historical process of dispute, union organization, and collective construction of rights in the Amazon.

Keywords: Unified PCCR; SINTEPP; Union strategies; Public education; History of the Present Time.

INTRODUÇÃO

A luta pela implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR)² Unificado na educação pública estadual do Pará, entre 2010 e 2023, constitui um objeto privilegiado para a compreensão das disputas contemporâneas em torno da valorização dos trabalhadores da educação, da consolidação de direitos e da formulação de políticas públicas na Amazônia. Mais do que um instrumento técnico de organização funcional e remuneratória, o PCCR insere-se em um campo de tensões no qual se confrontam projetos de Estado, reivindicações sindicais e demandas por reconhecimento e justiça no interior do sistema público de ensino.

Nessa perspectiva, a carreira não pode ser compreendida apenas como dispositivo administrativo de ordenamento do trabalho, mas como expressão histórica de relações de força, negociações e conflitos que atravessam o campo educacional. A chamada “unificação” do PCCR, nesse sentido, ultrapassa a dimensão meramente normativa e assume densidade política, pois remete à ampliação de direitos, à união dos diferentes segmentos da categoria e à disputa por uma política de valorização que alcance, de forma mais abrangente, os trabalhadores e as trabalhadoras da educação pública estadual.

Nesse processo, o Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP)³ destaca-se como ator coletivo central, na medida em que articula mobilizações, negociações, paralisações, pronunciamentos públicos e estratégias institucionais voltadas à defesa do PCCR Unificado. A atuação sindical, portanto, não será aqui

² PCCR é a sigla para Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, instrumento normativo que organiza a estrutura funcional das carreiras, estabelece critérios de ingresso, progressão e promoção, e define parâmetros remuneratórios dos servidores no âmbito da administração pública. No campo educacional, o PCCR constitui mecanismo central das políticas de valorização profissional, ao disciplinar direitos, níveis, classes e formas de desenvolvimento na carreira.

³ estatuto, SINTEPP, onde fala da sua criação e função: <https://sintepp.org.br/estatuto/>.

tomada como elemento secundário do processo, mas como dimensão fundamental da própria trajetória de implementação da política de carreira, uma vez que a institucionalização de direitos, no campo educacional, não se dá de forma espontânea, mas por meio de disputas sociais e políticas que tensionam continuamente o Estado.

Por tratar-se de um recorte inscrito na História do Tempo Presente, esta pesquisa parte do entendimento de que as fontes produzidas no período analisado não apenas registram os acontecimentos, mas também participam das disputas de sentido em torno deles. Desse modo, documentos institucionais, publicações sindicais digitais e narrativas orais são compreendidos como fontes historicamente situadas, atravessadas por intencionalidades, condições de produção e modos específicos de circulação, exigindo, por isso, leitura crítica atenta à sua origem e à sua inserção nos conflitos político-institucionais do período.

A motivação para esta pesquisa surgiu da minha própria trajetória. Sou servidor efetivo da rede estadual de educação desde 2012, no cargo de Auxiliar Operacional e Educacional, e atuo na Escola Estadual Santa Terezinha, no município de Bragança. Durante esse período, acompanhei a luta pelo PCCR Unificado e também fui contemplado com sua conquista em 2023. Na época, eu ainda não era sindicalizado, então observava esse processo de fora e sempre me perguntava como essa conquista havia sido construída. Mais tarde, durante a graduação em História na Universidade Federal do Pará, Campus Bragança, na disciplina de História Contemporânea, discutimos os movimentos sociais. Foi nesse momento que relatei aquele debate com a realidade que eu havia vivenciado como servidor da educação. A partir dessa inquietação surgiu a ideia de pesquisar a trajetória histórica da luta pelo PCCR Unificado.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é analisar as estratégias sindicais mobilizadas pelo SINTEPP na luta pela implementação do PCCR Unificado na educação pública estadual do Pará, entre 2010 e 2023. De modo específico, busca-se: reconstituir uma linha do tempo analítica do processo, identificando marcos, permanências e mudanças; examinar publicações institucionais do SINTEPP no período delimitado, com vistas à identificação de repertórios de mobilização e enquadramentos recorrentes; e interpretar dimensões internas da estratégia sindical por meio de história oral temática com depoente-chave, comparando narrativa oral e evidências documentais.

A problemática que orienta o estudo pode ser assim formulada: quais estratégias sindicais foram mobilizadas pelo SINTEPP na luta pela implementação do PCCR Unificado, entre 2010 e 2023, e de que modo tais estratégias se relacionam com os processos de valorização profissional e consolidação de direitos dos trabalhadores da educação pública estadual do Pará?

A relevância do estudo reside, em primeiro lugar, na possibilidade de sistematizar historicamente um processo recente e ainda pouco explorado pela produção acadêmica, especialmente no que se refere à relação entre sindicalismo, política educacional e carreira na Amazônia. Em segundo lugar, a pesquisa contribui para o debate metodológico da História do Tempo Presente ao tomar publicações institucionais digitais e depoimentos orais como fontes centrais de análise, reafirmando a necessidade de crítica documental rigorosa diante de materiais produzidos em meio a disputas ainda abertas. Assim, ao investigar a experiência do PCCR Unificado no Pará, o artigo busca contribuir para a compreensão das formas pelas quais direitos, reconhecimento profissional e políticas de valorização se constroem, se tensionam e se redefinem no interior da educação pública.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, e de procedimentos compatíveis com a investigação histórica de um recorte recente, combinando revisão bibliográfica, levantamento histórico de marcos legais e políticos, análise de publicações sindicais e realização de entrevistas semiestruturadas. A abordagem qualitativa adotada neste estudo parte da compreensão de que os fenômenos sociais devem ser analisados em sua complexidade histórica, relacional e interpretativa, considerando os significados produzidos pelos sujeitos em seus contextos concretos (Minayo, 2014). O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de compreender, delimitar e sistematizar um processo histórico-político ainda pouco consolidado na produção acadêmica, referente à luta pela implementação do PCCR Unificado na educação pública estadual do Pará, entre 2010 e 2023. A opção por esse percurso metodológico decorre da própria natureza do objeto, uma vez que tal processo envolve legislação, atuação sindical, mobilização coletiva, produção documental digital e memórias de sujeitos diretamente vinculados à luta.

Em um primeiro momento, realizou-se revisão bibliográfica com o objetivo de delimitar o debate teórico e historiográfico sobre sindicalismo, ação coletiva, conflitos político-institucionais, História do Tempo Presente e políticas de valorização profissional na educação pública. Essa etapa subsidiou a construção do problema de pesquisa, a definição do recorte temporal e a escolha das categorias de análise. Paralelamente, procedeu-se ao levantamento histórico dos principais acontecimentos relacionados à trajetória do PCCR Unificado no Pará, com atenção aos marcos legais, às greves, às negociações institucionais e aos momentos de maior visibilidade pública da pauta.

Na etapa seguinte, concentrou-se o trabalho empírico na pesquisa e sistematização das publicações do site oficial do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP), no período de 2010 a 2023. Esse levantamento buscou

reunir postagens relacionadas ao PCCR e ao PCCR Unificado, organizando-as por data, repertório de ação e pertinência temática. A análise dessas publicações foi orientada pela identificação de recorrências e variações nas formas de convocação, denúncia, reivindicação, negociação e legitimação mobilizadas pelo sindicato. Considerou-se, nesse procedimento, que tais materiais expressam posicionamentos institucionais e estratégias de comunicação de um sujeito coletivo situado em contexto de disputa política.

Como complemento às fontes documentais analisadas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois sujeitos diretamente vinculados à luta sindical pelo PCCR Unificado: Luiz Antônio Morales Filho, professor de Química em Bragança e atualmente integrante da Coordenação da Secretaria de Patrimônio do SINTEPP; e Manoel Cândido da Silva Carneiro, trabalhador do SOME (Sistema Organizador Modular de Ensino) e atualmente coordenador da Secretaria de Assuntos Jurídicos do SINTEPP. As entrevistas foram conduzidas com roteiro semiestruturado, visando registrar percepções, experiências e interpretações sobre momentos-chave do processo, estratégias adotadas pelo sindicato, obstáculos enfrentados e sentidos atribuídos à unificação do PCCR.

A utilização das entrevistas como fonte oral seguiu a perspectiva de que a memória dos sujeitos não deve ser tratada como simples resgate do passado, mas como narrativa construída a partir de experiências, posições sociais e disputas localizadas no tempo presente. Nesse sentido, Matos e Senna (2011) contribuem para compreender a História Oral como procedimento que exige atenção aos problemas de método, à relação entre entrevistador e entrevistado e ao tratamento crítico das narrativas. Do mesmo modo, Petit (2018) oferece importante contribuição ao destacar a relevância das fontes orais para os estudos de história política, local e regional, especialmente quando se busca compreender a atuação de sujeitos e grupos em processos históricos recentes.

Esse cuidado também se articula à reflexão de Barros (2014), para quem os depoimentos orais não constituem a “própria história”, nem uma “revelação do real”, mas fontes históricas que precisam ser questionadas criticamente, assim como os documentos escritos. A partir dessa orientação, as entrevistas foram tratadas como registros de memória, experiência e interpretação, permitindo comparar as narrativas dos entrevistados com o levantamento histórico e com o corpus de publicações do SINTEPP. Desse modo, as falas como fontes capazes de revelar sentidos atribuídos à luta, percepções sobre os conflitos e interpretações sobre a unificação da carreira.

Cabe ressaltar que os procedimentos de entrevista observaram cuidados técnicos e éticos, com consentimento dos participantes para gravação, transcrição e utilização de seus

nomes no relato acadêmico. O material oral foi utilizado como fonte de aprofundamento e contextualização, permitindo relacionar memórias individuais, experiências sindicais e evidências documentais. Contudo, os relatos orais e os documentos analisados não são tomados como fontes neutras ou portadoras de verdades intrínsecas. Tratam-se de registros produzidos em contextos determinados, marcados por intencionalidades, disputas, memórias e silêncios. Nesse sentido, a análise requereu uma mediação crítica, problematizadora e interpretativa tais como são necessárias a essas fontes no interior do processo histórico investigado.

NORMATIVIDADE, CONFLITO E INSTITUCIONALIZAÇÃO: A TRAJETÓRIA DO PCCR UNIFICADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO PARÁ (2010-2023)

Antes de analisar o período compreendido entre 2010 e 2023, cabe contextualizar a origem histórica do Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP). A entidade foi fundada em 23 de outubro de 1988, durante o VI Congresso Estadual da Federação Paraense dos Profissionais da Educação Pública (FEPPEP), constituindo um importante marco na organização dos trabalhadores da educação no estado. Desde sua criação, o SINTEPP consolidou-se como uma entidade sindical voltada à defesa dos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores da educação pública das redes estadual e municipais de ensino, buscando fortalecer a organização da categoria e sua atuação nas lutas por melhores condições de trabalho, valorização profissional e garantia de direitos. Conforme estabelece seu Estatuto, trata-se de uma entidade classista, democrática, laica, plural e independente em relação aos partidos políticos e ao Estado (SINTEPP, 2022).

No campo educacional brasileiro, a carreira docente constitui dimensão central das políticas de valorização profissional, uma vez que articula ingresso, progressão, remuneração, formação continuada e condições de trabalho. Nessa direção, a Constituição Federal de 1988 vinculou a valorização dos profissionais do ensino à existência de “Art. 206, V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (Brasil, 1988), enquanto a Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu art. 67, assegurou essa valorização por meio de “Estatuto e de Plano de Carreira para o Magistério Público” (Brasil, 1996). Desse modo, a problemática do PCCR inscreve-se em um debate mais amplo sobre a materialização dos direitos profissionais no interior das redes públicas de ensino.

No Pará, esse debate assumiu contornos específicos:

Até 2010, a rede estadual de ensino do Pará não dispunha de PCCR, sendo que a carreira dos profissionais do magistério estadual era regida pela Lei nº 5.351/1986, que instituiu o Estatuto do Magistério Estadual do Pará, e pela Lei nº 5.810/1994, que trata do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, ou simplesmente, Estatuto dos Servidores (Ferreira, Gutierrez e Carneiro, 2017, p. 108).

Os autores acrescentam que a demanda por um plano de carreira impulsionou a luta dos professores paraenses por melhores condições de trabalho e de carreira. Foi nesse contexto que, entre 2007 e 2010, se intensificaram as negociações em torno da construção do plano. A aprovação da Lei nº 7.442/2010 representou, nesse percurso, um marco normativo decisivo. A lei instituiu e estruturou o PCCR dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará.

Isso porque, como demonstram Ferreira, Gutierrez e Carneiro (2017, p. 101), o processo de construção e aprovação da Lei nº 7.442/2010 foi “marcado por conflitos entre governo e o sindicato de professores”. Contudo, é importante destacar que o SINTEPP representa um conjunto mais amplo de trabalhadores da educação, não se restringindo aos professores. Nesse universo, incluem-se profissionais não docentes que também compõem a rede pública estadual de ensino, tais como auxiliares operacionais e educacionais, assistentes de gestão, psicólogos e outros trabalhadores vinculados às áreas administrativa, operacional e de suporte educacional. Essa composição evidencia uma ampliação da noção de categoria, uma vez que a luta pelo PCCR Unificado passou a envolver não apenas a carreira do magistério, mas também os demais segmentos responsáveis pelo funcionamento administrativo, pedagógico e institucional da educação pública estadual.

Em vista disso, a lei nº 7.442/2010, instituiu e estruturou o PCCR dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará e definiu, em seu art. 4º, I, o plano como “o conjunto de normas que disciplinam o desenvolvimento do servidor na carreira” (Pará, 2010), estabelecendo correlação entre classes, escolaridade, remuneração e critérios de progressão vertical e horizontal. Entre seus objetivos, a norma destaca “o aperfeiçoamento profissional e contínuo”, “a valorização dos profissionais da educação básica” e “a percepção de remuneração digna” (Pará, 2010).

Ainda assim, a promulgação da lei não encerrou a disputa. Ao contrário, inaugurou nova fase de reivindicações, interpretações e cobranças em torno da extensão da carreira, da unificação pretendida e das condições concretas de implementação do PCCR das demais categorias da educação que ficaram fora da regulamentação efetiva em 2010

O art. 2º, parágrafo único, da Lei do PCCR de 2010 constituiu o ponto de partida dessa luta, pois estabeleceu que as demais categorias da educação teriam seus regimes próprios de carreira regulamentados por lei específica:

Art. 2º Para efeito desta Lei, entendam-se integrantes do Quadro Permanente dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará os seguintes cargos:

I - Professor;

II - Especialista em Educação;

~~III - Auxiliar Educacional; (Revogado pela Lei nº 9.890, de 2023)~~

~~IV - Assistente Educacional; (Revogado pela Lei nº 9.890, de 2023)~~

V - Analista de Gestão Governamental e Política Educacional; (Incluído pela Lei nº 9.890, de 2023)

VI - Analista de Gestão Governamental e Infraestrutura Educacional; (Incluído pela Lei nº 9.890, de 2023)

VII - Assistente de Gestão Governamental e Educacional; (Incluído pela Lei nº 9.890, de 2023)

IX - Analista de Suporte Educacional; e (Incluído pela Lei nº 9.890, de 2023)

X - Assistente em Educação Especial. (Incluído pela Lei nº 9.890, de 2023)

~~Parágrafo único. Os cargos de Auxiliar Educacional e Assistente Educacional serão regulamentados por lei específica.~~

Parágrafo único. Os cargos indicados nos incisos V a X serão regulamentados por lei específica.

(Redação dada pela Lei nº 9.890, de 2023) (Pará, 2010).

Como isso não ocorreu na prática naquele momento, esses segmentos permaneceram sem a devida estruturação legal de suas carreiras.

Vale frisar que recorte temporal desta pesquisa atravessa três governos estaduais. Em 2010, último ano do mandato de Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi aprovada a Lei nº 7.442/2010, que instituiu o PCCR dos profissionais do magistério. Entre 2011 e 2018, o governo estadual foi conduzido por Simão Jatene, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), período marcado pela continuidade das reivindicações, por greves e por negociações conflituosas entre o SINTEPP e o poder público. Em 2013, por exemplo, a intensificação da greve levou à formalização de um acordo entre o governo estadual e o sindicato, com a participação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A partir de 2019, Helder Barbalho, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu o governo do estado e foi reeleito para um segundo mandato, iniciado em 2023. Foi durante sua gestão que a pauta alcançou o desfecho legislativo com a aprovação e a sanção da Lei nº 9.890/2023, responsável pela reestruturação da carreira dos servidores administrativos da educação. A sucessão desses governos não eliminou as tensões entre o Estado e o sindicato, mas produziu diferentes momentos de abertura, impasse, negociação e institucionalização da pauta.

À luz desses acontecimentos, a cronologia apresentada a seguir tem função de situar os principais marcos do processo entre 2010 e 2023.

Tabela 1 – Linha do Tempo da Conquista do PCCR Unificado na Educação Pública Estadual do Pará (2010-2023)

DATA	EVENTO	REFERÊNCIA (com link)
02/07/2010	Instituição do PCCR do magistério estadual, marco normativo inicial (Lei nº 7.442/2010).	PARÁ. Lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010. Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/portal_seduc/Lei%20n%C2%BA%207442,%20de%2002%20de%20julho%20de%202010%20-%20Plano%20de%20Cargos,%20Carreira%20e%20Remunerac%C3%A7%C3%A3o%20-%20CCR%20dos%20Servidores%20do%20Magist%C3%A9rio-d4865.pdf
out./2010	Prazo legal para criação de comissão prevista no art. 45, II, da Lei nº 7.442/2010.	PARÁ. Lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010 (art. 45, II). Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/portal_seduc/Lei%20n%C2%BA%207442,%20de%2002%20de%20julho%20de%202010%20-%20Plano%20de%20Cargos,%20Carreira%20e%20Remunerac%C3%A7%C3%A3o%20-%20CCR%20dos%20Servidores%20do%20Magist%C3%A9rio-d4865.pdf
maio/2011	Prazo legal para encaminhamento de propostas pela comissão (art. 45, II, Lei nº 7.442/2010).	PARÁ. Lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010 (art. 45, II). Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/portal_seduc/Lei%20n%C2%BA%207442,%20de%2002%20de%20julho%20de%202010%20-%20Plano%20de%20Cargos,%20Carreira%20e%20Remunerac%C3%A7%C3%A3o%20-%20CCR%20dos%20Servidores%20do%20Magist%C3%A9rio-d4865.pdf
26/09/2011	Deflagração de greve por tempo indeterminado, em contexto de impasse e cobrança de avanços.	PONTO DE PAUTA. No Pará, trabalhadores em educação iniciam greve por tempo indeterminado. 27 set. 2011. Disponível em: https://pontodepauta.com/2011/09/27/no-para-trabalhadores-em-educacao-iniciam-greve-por-tempo-indeterminado/
18/09/2013	Assembleia e decisão de deflagrar greve a partir de 23/09/2013.	G1 PARÁ. Trabalhadores em educação do Pará decidem entrar em greve. 18 set. 2013. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/09/trabalhadores-em-educacao-do-para-decidem-entrar-em-greve.html
23/09/2013	Deflagração da greve estadual, início do ciclo mais intenso de conflito no período.	SINTEPP (Marabá). Greve deflagrada em 23 de setembro de 2013. set. 2013. Disponível em: https://www.sintepmaraba.com.br/2013/09/?m=0
14/11/2013	Suspensão da greve após 53 dias, conforme divulgação em veículo de imprensa (decisão em assembleia).	DOL. Após 53 dias, categoria anuncia suspensão da greve. 14 nov. 2013. Disponível em: https://dol.com.br/noticias/para/noticia-263301-apos-53-dias-categoria-anuncia-suspensao-da-greve.html
18/11/2013	Homologação judicial do acordo entre Governo do Estado e	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). Estado e Sintep firmam acordo. 19 nov. 2013.

	SINTEPP (data noticiada em informe do TJPA).	Disponível em: https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/545-Estado-e-Sintepp-firmam-acordo.xhtml
19/11/2013	Publicização institucional do acordo e do seu registro no TJPA, consolidando a dimensão de institucionalização do conflito.	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). Estado e Sintepp firmam acordo. 19 nov. 2013. Disponível em: https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/545-Estado-e-Sintepp-firmam-acordo.xhtml
16/03/2022	Deflagração/adesão à greve no contexto da Greve Nacional da Educação, com registro institucional do sindicato.	SINTEPP. Categoria aprova greve na educação paraense a partir de 16/03. 2022. Disponível em: https://sintepp.org.br/categoria-aprova-greve-na-educacao-paraense-a-partir-de-16-03/
16/05/2022	Circulação de panfleto/boletim sindical sobre PCCR, reforçando a pauta e sua pedagogia política junto à base.	SINTEPP. Panfleto PCCR. 2022. Disponível em: https://sintepp.org.br/wp-content/uploads/2022/05/panfleto-PCCR-pdf.pdf
27/03/2023	Encaminhamento do PL nº 123/2023 à ALEPA (marco de tramitação legislativa no desfecho do período).	AGÊNCIA PARÁ. Governo do Pará encaminha para ALEPA aumento de 15% para o magistério, definição de PCCR e reestruturação da Seduc. 27 mar. 2023. Disponível em: https://agenciapara.com.br/noticia/42433/governo-do-para-encaminha-para-alepa-aumento-de-15-para-o-magisterio-definicao-pccr-e-reestruturacao-da-seduc
11/04/2023	Aprovação na ALEPA, com repercussão institucional e enquadramento do PCCR no pacote de reestruturação.	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (ALEPA). Projetos aprovados garantem reajuste de 15%, reestruturação e PCCR para servidores da Seduc. 11 abr. 2023. Disponível em: https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/7431/projetos-aprovados-garantem-reajuste-de-15-reestruturacao-e-pccr-para-servidores-da-seduc
13/04/2023	Sanção da Lei nº 9.890/2023 pelo Executivo estadual.	AGÊNCIA PARÁ. Estado sanciona aumento de 15% dos professores do magistério e PCCR para administrativos da Seduc. 13 abr. 2023. Disponível em: https://www.agenciapara.com.br/noticia/42959/estado-sanciona-aumento-de-15-dos-professores-do-magisterio-e-pccr-para-administrativos-da-seduc
14/04/2023	Publicação da Lei nº 9.890/2023 (marco de publicidade e vigência formal do ato normativo).	PARÁ. Lei nº 9.890, de 13 de abril de 2023. Disponível em: https://www.cge.pa.gov.br/sites/default/files/2023-04/lei_estadual_n_9890_de_13_04_2023.pdf
30/06/2023	Portaria de enquadramento, marco administrativo de implementação do novo regime.	PARÁ. Portaria nº 32, de 30 de junho de 2023. Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/porta_ortal_seduc/Portaria%20n%C2%BA%2032%2C%20de%2030%20de%20Junho%20de%202023%20-%20GS_SEDUC%20Dispo%CC%83e%20sobre%20o%20enquadramento%20dos%20servidores%20pertencentes%20ao%20quadro%20de%20Profissionais%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ba%CC%81sica%20da%20Rede%20P%C3%Blica%20de%20Ensino%20do%20Estado%20do%20Par%C3%A1%20previsto%20na%20Lei%20Estadual%20n%C2%BA%209890%20-%20979e5.pdf

01/07/2023	Início da vigência prática, com efeitos financeiros e administrativos, conforme divulgação institucional.	AGÊNCIA PARÁ. Estado sanciona aumento de 15% dos professores do magistério e PCCR para administrativos da Seduc. 13 abr. 2023. Disponível em: https://www.agenciapara.com.br/noticia/42959/estado-sanciona-aumento-de-15-dos-professores-do-magisterio-e-pccr-para-administrativos-da-seduc
-------------------	---	---

Fonte: Elaboração própria (2025).

A leitura da cronologia permite identificar dois movimentos principais. O primeiro começa com a Lei nº 7.442/2010, que institui um marco legal para a carreira, mas já aponta a necessidade de continuidade do processo, ao prever comissão e prazos para novos encaminhamentos (Pará, 2010). O segundo é que como essa lei não resolveu de forma plena as demandas da categoria, ganharam força os repertórios de pressão coletiva.

Isso aparece na greve de 2011, onde a disputa em torno do PCCR ganha maior visibilidade pública. Nesse momento, a pauta passa a ser sustentada por pressão coletiva, devido a permanência da insatisfação da categoria diante dos encaminhamentos posteriores à lei (Ponto de pauta, 2011).

Em 2013, o conflito se intensifica. A decisão de deflagrar greve indica que o sindicato buscou ampliar a legitimidade pública do movimento antes de sua efetivação (G1, 2013). O registro sindical da deflagração e, depois, a suspensão da greve em 14 de novembro, após 53 dias de paralisação, mostram que a pauta do PCCR alcançou um nível mais alto de tensão e passou a ocupar lugar de negociações tensas na relação entre governo e trabalhadores da educação (SINTEPP, 2013)

Ainda em 2013, o acordo firmado entre o governo do Estado e o SINTEPP, divulgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, marca uma mudança importante na forma de condução do embate. A atuação do Judiciário, nesse caso, indica a tentativa de registrar e dar estabilidade aos compromissos assumidos entre as partes (TJPA, 2013).

Já em 2022, a pauta do PCCR continuava ativa no interior da luta sindical. O registro da aprovação de greve na educação paraense, no contexto da Greve Nacional da Educação, e a circulação de panfleto específico sobre o PCCR mostram que o tema permanecia no centro da agenda da categoria (SINTEPP, 2022). A presença desses materiais no mesmo ano indica que o sindicato precisou sustentar publicamente a reivindicação, o que confirma a permanência do conflito em torno da carreira.

Ainda em 2023, a disputa assume forma mais objetiva. O processo entra na etapa da execução administrativa, com foco no enquadramento funcional e nos efeitos financeiros da

nova estrutura, uma vez que a Lei nº 9.890/2023 vincula esses efeitos à publicação do ato de enquadramento (Pará, 2023).

Em vista disso, a sequência dos fatos, aqui levantados, mostram um processo prolongado. Em 2011, a greve evidencia os impasses que permaneceram após a Lei nº 7.442/2010. Em 2013, o conflito alcança maior intensidade e exige formalização institucional dos compromissos assumidos. Em 2022, a pauta segue ativa na agenda sindical. Em 2023, a disputa se concentra na implementação administrativa.

Esse percurso permite observar que a luta pelo PCCR Unificado se sustentou por diferentes formas de ação e por sucessivos registros públicos dessa disputa, tais como: normativa, sindical, judicial, comunicacional, legislativa e administrativa. Por isso, o exame das publicações do SINTEPP no ambiente digital torna-se necessário, pois nelas a pauta reaparece como linguagem de reivindicação, mobilização e legitimação política.

A SÉRIE DOCUMENTAL DO SINTEPP NO AMBIENTE DIGITAL (2010-2023) COMO FONTE DO TEMPO PRESENTE

A leitura sistemática das publicações do Site do SINTEPP⁴, no período de 2010 a 2023, evidencia que a disputa pelo PCCR Unificado não se explica apenas como sequência de atos normativos, mas como conflito social sustentado no tempo, no qual comunicação institucional, mobilização e negociação se retroalimentam.

Nesse sentido, o site do sindicato funciona como série documental do tempo presente, pois é um dos meios de comunicação que registra a ação coletiva enquanto ela se desenvolve, organiza memórias de luta e, sobretudo, produz uma interpretação pública dos fatos. Em termos analíticos, isso significa reconhecer que a arena digital pode ser considerada um espaço de divulgação e disputa de sentidos sobre o que está em jogo, sobre quem responde pelos impasses e as notícias relacionadas a luta.

A presente pesquisa insere-se no campo da História do Tempo Presente por analisar um processo recente, ainda marcado por disputas de sentido e por efeitos institucionais em curso. Essa localização metodológica dialoga com a perspectiva apresentada por Petit e Pessôa (2023), ao situarem os estudos reunidos na coletânea no “recorte do tempo histórico da História do Tempo Presente e História Imediata”, com “uso de diferentes fontes: documentais,

⁴ Link do Site do SINTEPP: <https://sintep.org.br/>.

hemerográficas (jornais e revistas), orais (histórias de vida, entrevistas dirigidas, semiestruturadas), visuais e iconográficas” (Petit; Pessoa, 2023, p. 13).

Em capítulo da mesma coletânea, Petit também compreende a História do Tempo Presente e a História Imediata a partir da análise regional dos “tempos da política”, definidos como “manifestação dos embates políticos em diferentes momentos conjunturais estaduais e nacionais” (Petit, 2023, p. 188). O autor contribui com sua pesquisa, para situar a luta pelo PCCR Unificado como processo político recente, inscrito em conjunturas sucessivas de conflito, negociação e disputa de sentidos entre trabalhadores da educação, sindicato e Estado.

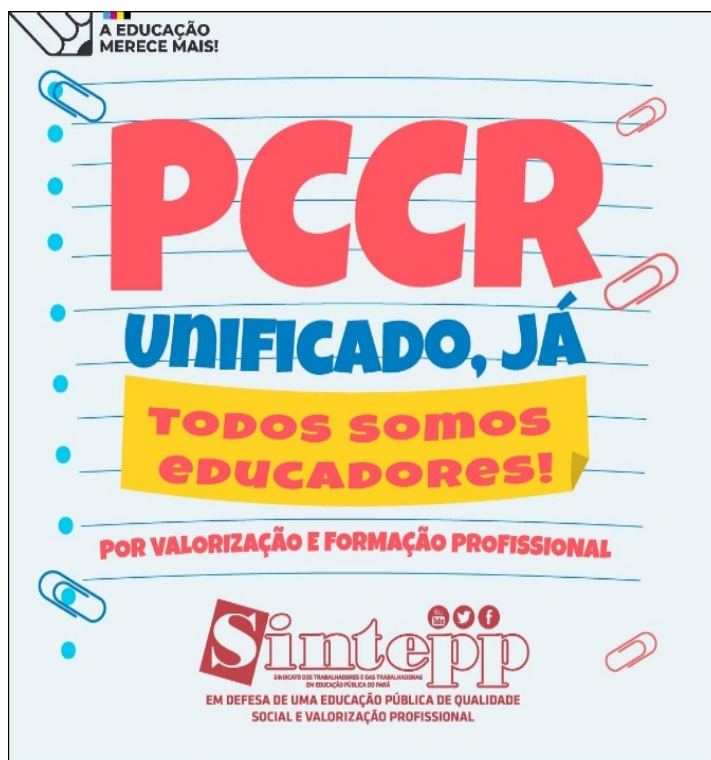
A compreensão do site do SINTEPP como fonte digital dialoga também com a reflexão de Lucchesi (2013), para quem a apropriação da internet pela História envolve seu uso como “ferramenta de pesquisa, repositório de fontes ou novo meio para divulgação de trabalhos históricos” (Lucchesi, 2013, p. 1). Essa formulação permite compreender as publicações sindicais digitais como materiais historicamente situados, produzidos em meio à disputa e voltados à circulação pública de interpretações sobre a luta pelo PCCR Unificado. O ambiente digital, nesse sentido, não é neutro, é um espaço de produção, armazenamento e difusão de sentidos políticos.

A noção de esfera pública virtual reforça essa leitura. Lucchesi (2013, p. 3) observa que, com as novas mídias, “emerge um novo espaço público, virtualizado por intermédio de novas mídias, como a internet”. Assim, o site do SINTEPP integrou esse espaço público digital ao registrar ações coletivas, convocar a categoria, denunciar impasses, organizar memórias da luta e disputar publicamente os sentidos da valorização profissional.

O uso desse tipo de fonte exige atenção metodológica, pois a internet não deve ser tratada como simples depósito neutro de informações. Ao analisar a obra de Dilton Maynard, Lucchesi observa que a internet pode ser compreendida como “um objeto-problema e também uma ferramenta-problema para os historiadores do nosso século” (Lucchesi, 2012, p. 336). Isto é, as publicações do SINTEPP precisam ser examinadas como registros documentais e como parte da própria dinâmica comunicacional da luta sindical.

Nesse quadro, o SINTEPP é tratado como sujeito coletivo que atua na disputa em torno da valorização dos trabalhadores da educação. Por isso, o site do sindicato não foi lido como registro neutro dos acontecimentos. Suas publicações expressam posicionamentos, constroem interpretações do conflito, convocam a categoria e buscam legitimar determinadas pautas e estratégias. Considerar essa dimensão permitiu analisá-las de forma mais rigorosa, levando em conta sua produção, sua finalidade e sua inserção no próprio processo histórico.

Figura 1 – Material de divulgação do SINTEPP sobre o PCCR Unificado



Fonte: SINTEPP. *PCCR Unificado, já: todos somos educadores!* Publicado em **31 ago. 2022**. Disponível em: <https://sintepp.org.br/sintepp-reune-com-seplad-para-negociar-pccr-unificado-nesta-quarta-feira-31/>. Acesso em: maio 2026.

A Figura 1 evidencia a dimensão comunicacional da luta pelo PCCR Unificado ao mobilizar uma linguagem visual direta, com forte apelo coletivo e reivindicatório. A expressão “Todos somos educadores!” reforça a tentativa de ampliar a identificação entre os diferentes segmentos da educação pública estadual, articulando a pauta da carreira à valorização e à formação profissional. Desse modo, o material atua como peça informativa, recurso de mobilização e instrumento de legitimação política da reivindicação sindical.

Para tornar essa leitura operacionalizável, o tratamento do material foi organizado por recorte intencional de corpus. Foram selecionadas 24 postagens representativas, definidas a partir de três critérios: centralidade do PCCR e do PCCR Unificado; potencial de evidenciar repertórios de ação, como assembleia, ato público, paralisação, audiência, reunião e seminário; e relevância cronológica em ciclos de maior intensidade da disputa e de consolidação institucional, com ênfase nos anos de 2013, 2015, 2022 e 2023.

Assim, após a leitura integral das publicações no site, a Tabela 2, sistematiza esse corpus, funcionando como base empírica de referência para os achados discutidos a seguir.

Tabela 2 – Corpus selecionado de postagens do SINTEPP (site) sobre estratégias relacionadas ao PCCR e ao PCCR Unificado (2013-2023)

Ano	Data postagem	Repertório (ação)	Observação analítica (função no conflito)
2013	30/01/2013	Assembleia geral	Organização de base e produção de calendário coletivo
2015	17/03/2015	Audiência com o governo	Pressão institucional e negociação formal
2015	20/03/2015	Assembleia geral	Deliberação e legitimação interna
2015	27/03/2015	Atos e manifestações	Ampliação de visibilidade pública
2015	08/04/2015	Marcha da indignação	Reforço simbólico do conflito e denúncia
2015	09/04/2015	Assembleia geral	Sustentação de unidade e continuidade
2015	14/04/2015	Ato	Pressão pública direcionada
2015	16/04/2015	Assembleia geral	Decisão coletiva e coesão
2015	22/04/2015	Audiência no TJE/PA	Acionamento de instâncias institucionais
2015	23/04/2015	Assembleia geral	Manutenção do ritmo organizativo
2015	01/05/2015	Ato em Belém	Centralidade da capital como arena política
2015	08/05/2015	Assembleia geral	Monitoramento de agenda e deliberação
2015	11/05/2015	Marcha em defesa da educação	Legitimidade social e vínculo com educação pública
2015	25/05/2015	Ato público	Pressão pública e amplificação comunicacional
2015	12/12/2015	Reunião com CER	Governança interna e articulação representativa
2022	18/02/2022	Paralisação e seminário virtual	Enquadramento direto do PCCR Unificado e pedagogia política
2022	23/03/2022	Seminário PCCR Unificado (Zoom)	Produção de sentido, formação e alinhamento da base
2022	01/06/2022	Ato com paralisação estadual	Repertório híbrido: pressão e agenda coletiva
2022	24/06/2022	Ato público	Intensificação da pressão pública
2022	21/10/2022	Assembleia geral	Consolidação deliberativa em fase de acúmulo
2023	31/01/2023	Ação comunicacional (Educação na Folia)	Estratégia de visibilidade e pressão simbólica
2023	11/04/2023	Assembleia na ALEPA (aprovação)	Marco decisivo: institucionalização legislativa
2023	03/06/2023	Reunião do Conselho (CER)	Gestão do pós-aprovação e foco na implementação
2023	13/06/2023	Ato público e reunião (Casa Civil)	Pressão por implementação e enquadramento

Fonte: Elaboração Própria (2025).

A sistematização do corpus na Tabela 2, permite observar, de modo mais concreto, como o site apresenta o tempo do conflito por ciclos. Em fases de maior tensão, predominam postagens de assembleias, atos, paralisações, denúncias e convocatórias, produzindo uma narrativa de urgência e pressão. Em momentos de avanço institucional, o foco se desloca para acompanhamento crítico, vigilância sobre implementação e disputa de interpretação sobre o que foi conquistado e o que ainda falta.

Em *A era dos extremos* de Érik Hobsbawm (1995), o século XX é interpretado como um período marcado por rupturas profundas, conflitos e transformações estruturais. Sua compreensão exige relacionar acontecimentos particulares a processos mais amplos de crise, reorganização e disputa social. Nessa perspectiva, processos históricos recentes, como a unificação do PCCR, precisam ser analisados em conexão com dinâmicas mais amplas de conflito, mudança e desgaste de estruturas anteriores (Hobsbawm, 1995).

Ao analisar o conjunto de publicações levantadas, observa-se a recorrência de diferentes formas de legitimação sindical sustentada em três planos articulados conforme a conjuntura: o jurídico-administrativo, o moral/social e o político. Esses planos não aparecem de forma isolada, mas se combinam nas publicações do SINTEPP como modos de justificar a pauta, convocar a categoria e pressionar o Estado.

No plano jurídico-administrativo, o PCCR é apresentado como direito, dever de implementação, compromisso institucional e correção de distorções funcionais. Essa dimensão aparece, por exemplo, na publicação de 17 de março de 2015, quando o sindicato informa que, em audiência com o governo, “os demais pontos no tocante as reivindicações econômicas (atualização do PCCR, reajuste do auxílio alimentação, PCCR unificado e outros) ficaram para serem discutidos em abril” (SINTEPP, 2015a, n.p.). A pauta do PCCR estava inserida em uma agenda formal de negociação, vinculada a reuniões, prazos, compromissos e encaminhamentos administrativos.

No plano moral e social, a legitimidade do sindicato é construída pela associação entre carreira, valorização profissional, dignidade do trabalho e defesa da educação pública. A pauta deixa de ser apresentada apenas como demanda corporativa e passa a ser vinculada à qualidade do ensino, às condições das escolas e ao direito social à educação. Essa dimensão pode ser observada na postagem de 11 de maio de 2015, na qual o SINTEPP afirma que a greve também se relacionava aos “graves problemas detectados na educação pública do Pará”, mencionando que, caso a paralisação terminasse naquele momento, “muitos estudantes retornariam para escolas sem higiene nos banheiros ou mesmo material de limpeza, sem água potável, e mesmo sérios riscos na rede elétrica” (SINTEPP, 2015b).

Na mesma publicação, a entidade reforça que “falar em qualidade sem valorização profissional seria no mínimo uma contradição” (SINTEPP, 2015b). Assim, a defesa do PCCR é articulada a uma concepção ampliada de educação pública, na qual valorização dos trabalhadores e qualidade educacional aparecem como dimensões interdependentes.

Já no plano político, as publicações evidenciam correlações de força, denúncia de bloqueios institucionais, chamados à unidade e afirmação da mobilização coletiva como

condição para obtenção de respostas do Estado. Esse aspecto aparece de maneira expressiva na publicação de 1º de junho de 2022, quando o sindicato afirma que SEDUC, SEPLAD, Casa Civil e o governador vinham ignorando as solicitações de negociação da categoria (SINTEPP, 2022). A mesma postagem registra que a paralisação teve como resultado a conquista de audiência com o governo e conclui que a “unidade como categoria e coragem para fazer valer nossos direitos fazem a diferença” (SINTEPP, 2022). Nesse caso, a legitimidade sindical é construída pela demonstração de força coletiva, pela pressão pública e pela capacidade de transformar mobilização em negociação institucional. A postagem associa diretamente paralisação, unidade da categoria, audiência com o governo e defesa de direitos, o que sustenta o enquadramento político da análise.

Dessa forma, a leitura das publicações selecionadas permite afirmar que a atuação do SINTEPP se sustentou em diferentes formas de legitimidade que combinou três registros principais. Esse padrão, identificado a partir do corpus documental analisado, confirma que as publicações do sindicato, além de registrar os acontecimentos, produziam enquadramentos interpretativos voltados à legitimação da luta pelo PCCR Unificado.

A análise pode ser aproximada da reflexão de Hobsbawm (1995) acerca da eficácia política das mobilizações coletivas. Para o autor, “só o simples ruído dos pés dos cidadãos em massa não podia fazer revoluções”, pois multidões ou agregados de indivíduos “precisavam de líderes, estruturas ou estratégias políticas para ser eficazes”. Na mesma direção, Hobsbawm acrescenta que “o que contava não eram números absolutos, mas números agindo numa situação que os tornava operacionalmente eficazes” (Hobsbawm, 1995, p. 447).

Desse modo, essa reflexão permite compreender a comunicação sindical como parte da estrutura organizativa da luta pelo PCCR Unificado. As publicações do sindicato não apenas registraram acontecimentos, mas também contribuíram para construir enquadramentos interpretativos sobre a pauta, convocar a categoria, justificar repertórios de ação e reafirmar a legitimidade da reivindicação. Assim, a continuidade da luta não dependeu somente de greves ou de mesas formais de negociação, mas também de um trabalho permanente de circulação discursiva, organização da base e acompanhamento crítico dos desdobramentos institucionais.

Essa leitura possui relevância metodológica porque confirma uma hipótese do estudo: em políticas de carreira, a conquista não se encerra na aprovação formal da norma. Sua efetivação depende da implementação material, da disputa de sentidos em torno do que foi aprovado e dos efeitos funcionais produzidos posteriormente. Por essa razão, no ciclo de 2023, as postagens passaram a operar como mecanismo de acompanhamento político do período posterior à aprovação, pressionando pela concretização do que havia sido formalizado.

A partir dessa perspectiva, a atuação sindical pode ser lida como uma prática de mediação política que não se limita à representação formal da categoria. Nas postagens analisadas, o sindicato organiza demandas, produz leituras públicas do conflito e pressiona o Estado por meio de repertórios combinados de ação coletiva, negociação institucional e comunicação pública. Nesse ponto, a leitura interpretativa das publicações permite compreender o SINTEPP como sujeito coletivo que atua em uma relação tensionada com o Estado.

A dinâmica observada não expressa uma conciliação entre trabalhadores e poder público, mas uma disputa em torno da valorização profissional, da regulamentação da carreira e da efetivação de direitos já reivindicados pela categoria. Isto é, as postagens do sindicato funcionam como parte de uma estratégia política de pressão, pois narram a luta, justificam paralisações, registram agendas, convocam a base e fixam marcos do processo reivindicatório. Ao fazer circular publicamente sua interpretação sobre os impasses e avanços do PCCR Unificado, o SINTEPP reforça sua posição como ator político na disputa pela institucionalização e implementação da carreira dos trabalhadores da educação.

MEMÓRIAS E SENTIDOS ATRIBUÍDOS À UNIFICAÇÃO DO PCCR

Como complemento às fontes documentais analisadas, foram realizadas entrevistas⁵ semiestruturadas com dois sindicalistas diretamente vinculados à pauta do PCCR Unificado: o professor Luiz Antônio Morales Filho, entrevistado presencialmente em Bragança, Pará, e Manoel Cândido da Silva Carneiro, entrevistado por telefone durante a continuidade da conversa. As entrevistas tiveram como objetivo registrar percepções, experiências e

⁵ A entrevista com o professor Luiz Antônio Morales Filho foi realizada em 10 de dezembro de 2025, nas dependências da Escola Estadual Mário Queiroz do Rosário, localizada no município de Bragança, Pará. Inicialmente, o trabalho de campo previa a realização de entrevista apenas com esse participante. No decorrer da conversa, porém, o professor Luiz Antônio Morales Filho realizou uma ligação telefônica durante a entrevista (de forma inesperada e fora do roteiro) e apresentou Manoel Cândido da Silva Carneiro (como sujeito também diretamente vinculado à pauta do PCCR Unificado), razão pela qual ele foi convidado a contribuir com a pesquisa. A entrevista com Luiz Antônio ocorreu presencialmente, seguindo roteiro semiestruturado, com duração aproximada de uma hora. Na ocasião, foram apresentados os objetivos da pesquisa, a natureza acadêmica do estudo e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelo entrevistado. A participação de Manoel Cândido da Silva Carneiro ocorreu no mesmo contexto de trabalho de campo, por meio de contato telefônico realizado durante a continuidade da conversa, em razão das condições de deslocamento e da disponibilidade do segundo entrevistado no período de realização da pesquisa. Também nesse caso, foram apresentados os objetivos da investigação e o TCLE, igualmente autorizado pelo segundo participante, mantendo-se o mesmo procedimento metodológico de entrevista semiestruturada, com autorização para gravação, transcrição e utilização acadêmica do depoimento.

interpretações sobre momentos-chave do processo, estratégias adotadas pelo sindicato, obstáculos enfrentados e sentidos atribuídos à unificação do PCCR.

O critério de escolha dos entrevistados esteve relacionado à inserção direta na trajetória de mobilização pelo PCCR Unificado, ao conhecimento acumulado sobre as negociações com o governo estadual e ao exercício de funções na estrutura sindical. Durante o trabalho de campo, foram contatados diversos meios diretamente vinculados ao sindicato e à luta pelo PCCR Unificado; contudo, somente Luiz Antônio Morales Filho e Manoel Cândido da Silva Carneiro demonstraram disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Luiz Antônio Morales Filho é docente efetivo e atua como professor de Química na Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA). Tem 59 anos e exerce suas atividades na Escola Estadual Mário Queiroz do Rosário, no município de Bragança (PA). Ingressou na rede estadual de ensino em 2008, é filiado ao SINTEPP desde 2011 e exerce função na Coordenação da Secretaria de Patrimônio do SINTEPP.

O segundo entrevistado, Manoel Cândido da Silva Carneiro é docente e atua como professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA), exercendo suas atividades no Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), na Escola Estadual Antônio Brasil, localizada no município de Tomé-Açu (PA). Tem 59 anos, ingressou na rede estadual de ensino em 1996, é filiado ao SINTEPP desde 1997 e exerce atualmente a função de coordenador da Secretaria de Assuntos Jurídicos do SINTEPP. Suas experiências permitiram acessar memórias e interpretações relacionadas às estratégias de mobilização, às negociações institucionais e aos conflitos enfrentados durante a luta pelo PCCR Unificado. Deste modo, a composição dos participantes não foi definida a partir de critérios de gênero, idade, raça ou hierarquia no sindicato, mas resultou das condições concretas de realização do trabalho de campo, conforme detalhado em nota de rodapé.

O material oral foi tratado como fonte de aprofundamento e contextualização, permitindo compara narrativas, preencher lacunas e tensionar a leitura produzida a partir do levantamento histórico e do corpus de publicações do site do SINTEPP. Nesse sentido, as entrevistas foram utilizadas como fontes capazes de evidenciar memórias, interpretações e disputas de sentido produzidas por sujeitos que participaram diretamente da luta sindical.

Nessa direção, Matos e Senna (2011, p. 101) observam que “a fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui”. Essa formulação é pertinente para o presente estudo, pois as entrevistas revelam interpretações sobre unidade, consciência de classe, assembleias, redes sociais e pertencimento sindical que não aparecem com a mesma densidade nas postagens institucionais.

A utilização da fonte oral exige atenção metodológica, pois a memória não corresponde a uma reprodução neutra dos acontecimentos. Ela é uma reconstrução situada, atravessada pela experiência individual, pela trajetória coletiva, pelas disputas políticas e pelo tempo decorrido entre o acontecimento e sua narração. Por isso, as falas foram analisadas em diálogo com as fontes documentais já examinadas, considerando aquilo que confirmam e aquilo que acrescentam à compreensão do processo histórico. Essa perspectiva encontra respaldo em Barros (2014), quando o autor, ao discutir o uso da História Oral em pesquisa sobre conflitos sociais na Amazônia, destaca que os depoimentos orais devem ser compreendidos como fontes históricas e, por isso, submetidos à crítica e à interpretação:

É importante saber que os depoimentos coletados da história oral não constituem a “própria história”, isto é, não consiste a “revelação do real”, uma vez que as entrevistas registradas são fontes. E como fontes elas devem ser questionadas assim como os documentos escritos que também são considerados subjetivos, pois a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico (Barros, 2014, p. 14).

A partir dessa orientação, as entrevistas de Morales e Cândido foram compreendidas como narrativas situadas e como representações produzidas por sujeitos que participaram da luta sindical. Essa leitura dialoga com Portelli (1997), para quem “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (Portelli, 1997, p. 31). O autor também observa que “a memória” não deve ser entendida “apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações” (Portelli, 1997, p. 33). Dessa forma, os depoimentos não foram tomados como reprodução direta dos acontecimentos, mas como registros de experiência, memória, interpretação e representação política acerca da luta pelo PCCR Unificado.

Desse modo, a postura interpretativa aqui apresentada é compatível com os estudos de História do Tempo Presente, nos quais a proximidade temporal dos acontecimentos exige atenção às disputas ainda abertas, aos usos públicos da memória e às formas pelas quais os sujeitos interpretam sua própria participação histórica. A História Oral, nesse contexto, permite compreender como diferentes grupos sociais narram suas experiências e atribuem sentido ao vivido. Conforme Barros, trata-se de um campo que abre “múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido” às “experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais” (Barros, 2014, p. 14).

Ou seja, do ponto de vista analítico, as entrevistas foram organizadas a partir de quatro eixos principais: a narrativa dos impasses e avanços; as estratégias atribuídas ao sindicato; os obstáculos identificados na relação com o Estado e na organização da base; e o significado

político da unificação do PCCR. Esses eixos permitiram compreender que a luta pelo PCCR Unificado foi narrada pelos entrevistados como um processo prolongado de construção de unidade, enfrentamento político e defesa de uma concepção ampliada de categoria profissional.

A luta sindical como experiência coletiva

Nas entrevistas, a atuação do SINTEPP é apresentada como parte de uma tradição de luta em que a conquista de direitos dependeu de mobilização coletiva. Manoel Cândido da Silva Carneiro sintetiza essa percepção ao afirmar que *“todas as conquistas da categoria via SINTEPP”* foram resultado de *“greves, mobilizações, atos, paralisações”*, acrescentando que *“nada foi fácil, nada foi dado de mão beijada”* (Carneiro, 2025, n.p.). A fala do professor é relevante, situa o PCCR Unificado em uma trajetória mais ampla de enfrentamentos entre trabalhadores da educação e Estado, na qual a conquista institucional aparece como resultado de pressão organizada, e não como concessão espontânea do poder público.

Essa percepção também aparece na fala de Luiz Antônio Morales Filho, para quem o sindicato ocupa papel fundamental como instância de representação dos trabalhadores diante do governo. Ao rememorar episódios de mobilização, Morales afirma que *“um trabalhador sozinho falando com o governo não é nada”*, enquanto *“o sindicato já é alguma coisa, porque ele é um representante legal dos trabalhadores”* (Morales Filho, 2025, n.p.). A fala evidencia uma concepção de sindicato como mediação política e jurídica entre a categoria e o Estado, reforçando a legitimidade da organização coletiva na defesa de direitos.

Assim, nas memórias dos entrevistados, a luta pelo PCCR trata-se de um processo sustentado por assembleias, greves, atos, seminários, deslocamentos e mobilizações nas escolas. No entanto, a fonte oral acrescenta uma camada interpretativa importante: para os entrevistados, a eficácia dessas estratégias dependia da presença ativa da categoria e da capacidade de transformar reivindicações específicas em pauta coletiva.

Mobilização presencial, assembleias e construção da pauta

Um dos elementos mais recorrentes nas entrevistas é a centralidade da mobilização presencial. Cândido afirma que, no período de construção do PCCR, *“foram feitas várias mobilizações nas escolas”* e que essas mobilizações ocorriam *“de manhã, tarde e noite”* (Carneiro, 2025, n.p.). Além disso, registra a realização de seminários e discussões com a

categoria, destacando que tais espaços foram fundamentais para construir o PCCR “da forma como ele foi implementado” (Carneiro, 2025, n.p.). Isto é, o PCCR não resultou apenas de decisão institucional do Estado, mas de um processo prévio de debate, mobilização e organização da categoria em torno de demandas relativas à carreira, à valorização profissional e à inclusão dos diferentes segmentos da educação.

Essa fala permite compreender que o sindicato atuava tanto no momento da greve quanto da negociação formal com o governo. Havia também um trabalho anterior de formação, convencimento e organização da base. As escolas, os seminários e as assembleias funcionavam como espaços de circulação da pauta, de construção de consensos e de disputa interna sobre os caminhos da mobilização. Desse modo, a luta pelo PCCR Unificado envolveu uma dimensão pedagógica da ação sindical, na qual a categoria era convocada a compreender o plano de carreira como direito coletivo.

Morales reforça essa dimensão ao atribuir à assembleia um papel decisivo. Para ele,

Nós sabemos como estratégia que tudo se decide na assembleia e na assembleia nós somos fortes. Eles podem ser poderosos como forem, mas na assembleia nós estamos lá. Eu tenho voz na assembleia. Minha voz é respeitada. Então, a voz dos meus companheiros é respeitada. Então, nessa hora as coisas se igualam. Quase se igualam. Sempre eles têm mais poder que a gente (Morales Filho, 2025, n.p.).

Nesse espaço, mesmo grupos internos com menor força institucional poderia disputar os rumos da categoria. A assembleia aparece, portanto, como lugar de deliberação, confronto de posições e legitimação política das decisões sindicais. Essa centralidade da assembleia também aparece na parte final da entrevista, quando Morales afirma que:

Não é numa assembleia virtual que se decide a... a... o futuro de uma categoria. É numa... numa presencial. E essa presencial, ali, quem é oposição tem que se mostrar oposição, quem é da... da posição de... quem tá lá... vai ter que se mostrar; não tem outro jeito. E aí a categoria vai votar. Pronto. Quem tiver a melhor oratória vence. E muitas vezes nós vencemos (Morales Filho, 2025, n.p.).

A fala indica uma defesa da presença física como condição de densidade política da mobilização, pois é nesse espaço que a oralidade, o debate público, a votação e a pressão coletiva produzem efeitos organizativos. Esse aspecto dialoga com os estudos sobre *História Oral e História do Tempo Presente*, na medida em que a memória das assembleias e mobilizações não aparece como lembrança neutra, mas como interpretação construída a partir do presente dos entrevistados. Conforme Matos e Senna, “Em relação a outras áreas do saber histórico, a história oral possui maior proximidade com o presente, uma vez que depende da memória ‘viva’ e de relatos já efetuados anteriormente” (Matos; Senna, 2011, p. 100).

Nesse sentido, ao narrar como a categoria se mobilizava, os entrevistados também avaliam as mudanças recentes nas práticas de participação sindical. A defesa da assembleia presencial, nas falas analisadas, não se limita à recordação de uma forma antiga de organização, mas expressa uma leitura crítica sobre o presente da categoria, especialmente diante do crescimento das redes sociais e da comunicação digital.

O PCCR Unificado como decisão política e classista

A unificação do PCCR, conforme emerge das entrevistas, não se reduz a uma reorganização técnico-administrativa da carreira. Nas memórias dos sindicalistas, ela aparece como resultado de uma disputa política em torno da própria definição de categoria, envolvendo a recusa da fragmentação entre professores, pedagogos, técnicos, trabalhadores de apoio e demais segmentos vinculados à educação pública estadual. Desse modo, a ideia de unificação assume sentido classista, pois expressa a compreensão de que a valorização profissional não deveria alcançar apenas um grupo específico, mas o conjunto dos trabalhadores da educação.

Ao comentar a inclusão de diferentes segmentos no processo de luta, Cândido afirma: *“nós nunca tivemos essa visão [...] divisionista”* e complementa: *“Nós sempre tivemos a visão classista. Então nós somos uma categoria. E uma categoria é incluído vários setores”* (Carneiro, 2025, n.p.). Essa contribuição é decisiva, demonstra que, na memória do entrevistado, a unificação do PCCR se relaciona diretamente à recusa da fragmentação entre professores, pedagogos, técnicos e trabalhadores de apoio.

Morales reforça essa interpretação ao afirmar que, *“depois de muito tempo”*, passou a existir *“realmente um [...] PCCR Unificado”*, ainda que com pontos a serem modificados. Em seguida, acrescenta que o sindicato *“nunca largou a mão”* dos trabalhadores de apoio e dos pedagogos, afirmando que *“a nossa luta, os professores sempre tiveram na luta”* (Morales Filho, 2025, n.p.). Essa fala mostra que a unificação, para o entrevistado, não se resume à existência formal de uma lei, mas à permanência da luta sindical em favor da incorporação de segmentos que poderiam ter sido mantidos à margem da política de carreira.

Dessa forma, as entrevistas permitem afirmar que a unificação do PCCR assumiu, nas memórias dos sindicalistas, um sentido político e classista. Político porque envolveu disputa com o Estado, pressão pública e negociação institucional. Classista porque se fundamentou na compreensão de que a categoria da educação não deveria ser dividida entre segmentos com maior ou menor reconhecimento funcional. A defesa do PCCR Unificado, nesse sentido, expressa uma tentativa de construir unidade entre trabalhadores que ocupam funções diferentes, mas compartilham a mesma inserção no campo da educação pública estadual.

Essa interpretação reforça o eixo analítico do estudo ao situar o PCCR Unificado como disputa pelo reconhecimento dos diferentes segmentos que compõem a educação pública estadual. A unificação envolveu a definição política de quem deveria ser compreendido como trabalhador da educação e de quais sujeitos deveriam ser alcançados por uma política de valorização profissional. Ao afirmar a existência de uma “visão classista”, Cândido indica que a pauta do PCCR Unificado se vinculava à recusa da fragmentação interna da categoria e à defesa de uma unidade construída entre professores, pedagogos, técnicos, trabalhadores de apoio e demais servidores da educação.

Relação com o Estado, ausência de diálogo e prolongamento da luta

As entrevistas também permitem compreender os obstáculos identificados pelos sindicalistas na relação com o Estado. Cândido afirma que, em determinados momentos, o governo “*não queria discutir o PCCR*”, atribuindo essa resistência ao receio de desgaste político. Segundo sua leitura, a categoria estava preparada para o enfrentamento, e a greve tornou-se o caminho possível diante da ausência de encaminhamento efetivo da pauta (Carneiro, 2025, n.p.).

Essa percepção aparece de forma ainda mais explícita quando Cândido afirma que “*quando não há diálogo, não há democracia*” (Carneiro, 2025, n.p.). A formulação desloca a discussão do plano de carreira para o campo das relações democráticas entre Estado e trabalhadores. Nessa perspectiva, a ausência de diálogo revela um modo de condução das políticas públicas marcado pelo bloqueio da negociação, pela protelação das demandas sindicais e pela fragilização dos espaços institucionais de participação.

No depoimento de Morales, a greve é situada como desdobramento do esgotamento das negociações. Ao tratar das estratégias do sindicato, o entrevistado afirma que “uma greve só pode ser considerada legal depois que cessarem todas as possibilidades de negociação” e acrescenta que era necessário demonstrar que o sindicato havia tentado negociar, enquanto “o governo ficou irredutível” (Morales Filho, 2025, n.p.). Essa leitura é reforçada no diálogo com Cândido, quando Morales afirma que a greve “*é a falta de diálogo. E nunca é da nossa parte, sempre é a parte do governo. Quando o governo fica intransigente, nós não temos outra saída*” (Morales Filho, 2025, n.p.).

Na sequência, Cândido complementa que o sindicato buscava o governo para apresentar suas “*pautas reivindicatórias*”, inclusive por ofício, mas, diante da protelação, ocorriam “*assembleias, os atos e tudo mais, até chegar, infelizmente, numa greve*” (Carneiro, 2025, n.p.).

Assim, a greve é construída nas entrevistas como efeito político do bloqueio da negociação e da permanência de demandas não atendidas.

Essa leitura ajuda a explicar o prolongamento da luta entre 2010 e 2023. O processo não se encerrou com a aprovação de uma lei, porque sua implementação, ampliação e unificação dependeram de novas disputas. A cada etapa, surgiram obstáculos relacionados à regulamentação, ao enquadramento, à inclusão de segmentos, aos reajustes e aos compromissos não efetivados pelo governo. Desse modo, a luta pelo PCCR Unificado deve ser compreendida como processo contínuo, no qual a institucionalização formal não eliminou a necessidade de mobilização sindical.

Redes sociais, comunicação sindical e tensões contemporâneas da mobilização

Outro ponto importante das entrevistas é a discussão sobre o papel das redes sociais. As falas revelam uma tensão entre a importância da comunicação digital e o risco de enfraquecimento das práticas presenciais de mobilização. Morales apresenta uma visão crítica, afirmando que *“as redes sociais, elas, em vez de contribuir pra nossa categoria”*, teriam ajudado a desmobilizar a categoria. Segundo ele, anteriormente os trabalhadores iam à assembleia para saber o que estava acontecendo, enquanto hoje *“se manda no WhatsApp e pronto”* (Morales Filho, 2025, n.p.).

Cândido, por sua vez, apresenta uma avaliação mais equilibrada. Para ele, as redes sociais são uma realidade incontornável e podem ser usadas de modo adequado ou equivocado. O entrevistado afirma: *“as redes sociais, elas são fatos, né? Hoje elas são fatos, ninguém pode negar. É uma realidade, né? Uma realidade virtual que se transforma numa realidade real, né?”* (Carneiro, 2025, n.p.). Na sequência, acrescenta que a ferramenta pode produzir mobilização quando utilizada de forma estratégica:

Se você souber trabalhar com essa ferramenta, né, de uma forma onde você consegue mobilizar e consegue chegar em todos os pontos do... onde há as subsedes do... do SINTEPP, né... e você souber usar isso de uma forma correta, você consegue sim ainda se mobilizar” (Carneiro, 2025, n.p.).

Ainda assim, Cândido reconhece que a comunicação virtual altera a dinâmica da participação presencial. Segundo ele,

O que nos movia presencialmente era a curiosidade do que ia acontecer na assembleia. Hoje a virtual, não. Você já antecipa uma pauta, já sabe essa pauta, consulta essa pauta, discute com os companheiros essa pauta e você chega a uma conclusão, né?” (Carneiro, 2025, n.p.).

Em outro momento, sintetiza essa ambivalência ao afirmar: “*Então a rede social, ela veio sim pra ajudar. Mas como você vai trabalhar isso é que é*” (Carneiro, 2025, n.p.).

Essa divergência entre os entrevistados permite complexificar a análise das postagens do SINTEPP como fonte digital. As publicações digitais registram a luta, preservam parte da memória sindical e divulgam a pauta para a categoria e para a sociedade. Contudo, as entrevistas indicam que a mobilização que sustentou a luta pelo PCCR foi construída, em grande medida, nas escolas, nas assembleias, nos atos e nos seminários. Assim, as fontes digitais integram o repertório comunicacional do sindicato, mas não substituem a presença coletiva nos espaços de deliberação.

Desse modo, a articulação entre publicações digitais e depoimentos orais exige o cruzamento crítico das fontes. Matos e Senna afirmam que “Da mesma forma, deve ser feito no decorrer da pesquisa um paralelo e diálogo entre a documentação escrita já existente e a fonte oral. O importante é que o historiador perceba o que a testemunha quer expressar e quais seus motivos para o que relatou” (Matos; Senna, 2011, p. 102). Assim, as falas sobre redes sociais não são tomadas como descrição neutra do uso de tecnologias, mas como interpretações produzidas por sindicalistas que viveram diferentes momentos da mobilização.

A discussão também evidencia uma tensão própria do tempo presente: as redes ampliam a circulação de informações, ao mesmo tempo em que podem reduzir a presença física nos espaços de decisão. A mobilização digital, portanto, depende da forma como se articula às práticas presenciais de organização, debate e luta sindical.

Unidade, consciência de classe e legado da luta pelo PCCR Unificado

Ao refletir sobre o aprendizado deixado pela luta, Cândido afirma que a principal mensagem do processo é a importância da unidade da categoria. Segundo ele, “*se não houver unidade, né, se não houver entrega, se não houver mobilização, se não houver consciência de classe, você não consegue. Não só o PCCR em termos de implementação, mas todos os direitos que nós temos enquanto categoria*” (Carneiro, 2025, n.p.).

Essa fala sintetiza a interpretação do entrevistado sobre a trajetória analisada, pois articula unidade, mobilização, consciência de classe e luta por direitos como dimensões inseparáveis da conquista do PCCR Unificado.

A noção de consciência de classe, mobilizada pelo próprio entrevistado, permite compreender o PCCR Unificado como resultado de uma formação política da categoria. A conquista envolveu a construção de uma identidade coletiva capaz de reunir diferentes

segmentos da educação em torno de uma pauta comum. Nesse sentido, professores, técnicos educacionais, trabalhadores de apoio e demais servidores aparecem, nas memórias dos entrevistados, como sujeitos de uma mesma luta por reconhecimento profissional, carreira e valorização. Ao recordar que as conquistas da categoria resultaram de greves, mobilizações, atos e paralisações, os entrevistados constroem uma memória da luta em que os direitos aparecem como resultado de ação coletiva, e não como concessão espontânea do Estado.

Desse modo, a memória da luta pelo PCCR Unificado assume função interpretativa. Ela permite que os entrevistados expliquem o passado, avaliem os caminhos da organização sindical e projetem ensinamentos para outras categorias. Dessa forma, as entrevistas semiestruturadas evidenciam que a luta pelo PCCR Unificado foi compreendida pelos participantes como um processo prolongado, marcado por resistência governamental, mobilização presencial, unidade classista e defesa de direitos. A fonte oral confirma aspectos observados nas publicações do SINTEPP, como a centralidade das greves, assembleias, atos e negociações, e amplia a análise ao revelar tensões internas, críticas às formas de direção sindical, disputas sobre o uso das redes sociais e sentidos subjetivos atribuídos à unificação.

Portanto, a implementação do PCCR Unificado deve ser interpretada como resultado de um percurso histórico amplo, iniciado com reivindicações anteriores, fortalecido por greves e assembleias, sustentado por estratégias de mobilização e legitimado por uma concepção classista de valorização dos trabalhadores da educação. Foi e continua sendo uma conquista institucional, uma expressão de uma luta política contra a fragmentação da categoria, orientada pelo reconhecimento dos diferentes segmentos que compõem a educação pública do Pará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permite compreender que a conquista do PCCR Unificado na educação pública estadual do Pará resultou de uma trajetória prolongada de mobilização sindical, negociação institucional e disputa política em torno da valorização dos trabalhadores da educação. O percurso entre 2010 e 2023 evidencia que a unificação da carreira não se constituiu como simples desdobramento normativo da Lei nº 7.442/2010, nem como concessão espontânea do Estado, mas como resultado de pressões acumuladas, enfrentamentos sucessivos e permanência da pauta na agenda coletiva da categoria.

O principal resultado da pesquisa está na identificação de que a atuação do SINTEPP se sustentou por uma estratégia múltipla, articulando organização de base, greves, assembleias, atos públicos, audiências, negociação formal e comunicação sindical. As publicações do

sindicato e as narrativas dos entrevistados demonstraram que a luta pelo PCCR Unificado exigiu continuidade, capacidade de articulação e produção permanente de legitimidade. Nesse processo, as publicações do SINTEPP constituíram fontes relevantes para compreender como o sindicato narrava a luta, convocava a categoria, denunciava impasses e mantinha a reivindicação como direito, pauta coletiva e condição de valorização da educação pública.

A pesquisa alcançou seu propósito ao evidenciar que as estratégias sindicais do SINTEPP foram fundamentais para transformar uma demanda de carreira em pauta pública, política e coletiva. O processo analisado demonstra que a valorização profissional não se consolida somente pela existência de leis, pois depende de mobilização, acompanhamento, cobrança institucional e disputa por sua efetiva implementação. Desse modo, o PCCR Unificado deve ser interpretado como conquista institucional e expressão histórica de uma luta coletiva por reconhecimento. Embora sua formalização em 2023 não tenha encerrado as tensões relacionadas à política de carreira, ela representou um importante ponto de chegada de um processo sustentado por greves, negociações e pela persistência de uma categoria organizada.

Por fim, este estudo contribui para o campo historiográfico ao conferir visibilidade aos trabalhadores não docentes como sujeitos ativos na história da educação pública paraense e participantes da luta coletiva pela unificação da carreira. Ao documentar essa trajetória, a pesquisa reafirma a importância da historiografia e das memórias na preservação da experiência coletiva, demonstrando que a escola se constrói pela atuação do conjunto de seus trabalhadores. Contudo, o estudo não esgota a complexidade do tema, que poderá ser aprofundado por meio de novas entrevistas, da análise de atas sindicais, documentos internos, registros do governo estadual e relatos de outros segmentos da categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PARÁ. **Governo do Pará encaminha para ALEPA aumento de 15% para o magistério, definição de PCCR e reestruturação da Seduc.** 27 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/42433/governo-do-para-encaminha-para-alepa-aumento-de-15-para-o-magisterio-definicao-pccr-e-reestruturacao-da-seduc>. Acesso em Dez. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (ALEPA). **Projetos aprovados garantem reajuste de 15%, reestruturação e PCCR para servidores da Seduc.** 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/7431/projetos-aprovados-garantem-reajuste-de-15-reestruturacao-e-pccr-para-servidores-da-seduc>. Acesso em Dez. 2025.

AGÊNCIA PARÁ. **Estado sanciona aumento de 15% dos professores do magistério e PCCR para administrativos da Seduc.** 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/42959/estado-sanciona-aumento-de-15-dos-professores-do-magisterio-e-pccr-para-administrativos-da-seduc>. Acesso em Dez. 2025.

AGÊNCIA PARÁ. **Estado sanciona aumento de 15% dos professores do magistério e PCCR para administrativos da Seduc.** 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/42959/estado-sanciona-aumento-de-15-dos-professores-do-magisterio-e-pccr-para-administrativos-da-seduc>. Acesso em Dez. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em Out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em Out. 2025.

BARROS, Osimar da Silva. **A "cidade modelo": reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal (1960-1987).** 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202011%20Osimar_final_version.pdf2.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

CARNEIRO, Manoel Cândido da Silva. **Entrevista concedida a Alessandro de Melo Lima.** Entrevista realizada por telefone, 19 nov. 2025.

DOL. **Após 53 dias, categoria anuncia suspensão da greve. 14 nov. 2013.** Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-263301-apos-53-dias-categoria-anuncia-suspensao-da-greve.html>. Acesso em Dez. 2025.

FERREIRA, Denielson Moura; GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; CARNEIRO, Ana Paula da Silva. O processo de construção e aprovação do plano de carreira dos profissionais do magistério da rede estadual de ensino do estado do Pará. **Revista Educação e Emancipação**, São Luiz, v. 10, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=xJZSbYsAAAAJ&citation_for_view=xJZSbYsAAAAJ:d1gkVwhDpl0C. Acesso em: 26 nov. 2024.

G1 PARÁ. **Trabalhadores em educação do Pará decidem entrar em greve.** 18 set. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/09/trabalhadores-em-educacao-do-para-decidem-entrar-em-greve.html>. Acesso em Dez. 2025.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <https://fenix.iseg.ulisboa.pt/downloadFile/1126033050836580/Eric%20Hobsbawm%20-%20Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29.pdf>. Acesso em Jan. 2026.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos.** *Historiæ*, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

LUCCHESI, Anita. **História e historiografia digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais [...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-17.

LUCCHESI, Anita. **Oficina da história no ciberespaço.** *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 335-340, 2012. Resenha de: MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Escritos sobre história e internet.** Rio de Janeiro: Fapitec; Multifoco, 2011.

MORALES FILHO, Luiz Antônio. **Entrevista concedida a Alessandro de Melo Lima.** Entrevista realizada presencialmente em Bragança, Pará, 19 nov. 2025.

PETIT, Pere. **Fontes orais e história política e os estudos de história local e regional.** In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2018, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação Brasileira de História Oral, 2018. p. 1-10.

PETIT, Pere; PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo (Orgs.). **Mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas na Amazônia no tempo presente.** Ananindeua: Cabana, 2023. Disponível em: <https://www.anpuh-pa.org/c%C3%B3pia-cole%C3%A7%C3%A3o-anpuh>. Acesso em Fev. 2026.

PARÁ. **Lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010.** Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/porta_l_seduc/Lei%20n%C2%BA%207442,%20de%2002%20de%20julho%20de%202010%20-%20Plano%20de%20Cargos,%20Carreira%20e%20Remunerac%C3%A7%C3%A3o%20-%20CCR%20dos%20Servidores%20do%20Magist%C3%A9rio-d4865.pdf. Acesso em Dez. 2025.

PARÁ. **Lei nº 9.890, de 13 de abril de 2023.** Disponível em: https://www.cge.pa.gov.br/sites/default/files/2023-04/lei_estadual_n_9890_de_13_04_2023.pdf. Acesso em Dez. 2025.

PARÁ. **Portaria nº 32, de 30 de junho de 2023.** DIÁRIO OFICIAL Nº 35.456. PONTO DE PAUTA. **No Pará, trabalhadores em educação iniciam greve por tempo indeterminado.** 27 set. 2011. Disponível em: <https://pontodepauta.com/2011/09/27/no-para-trabalhadores-em-educacao-iniciam-greve-por-tempo-indeterminado/>. Acesso em Dez. 2025.

PORTELLI, A., Janine Ribeiro, T. M. T., & Ribeiro Fenelón, R. T. D. (2012). O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados de História, 14. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em Jun. 2026.

SINTEPP. **Governo diz pagar piso somente em abril e Sintepp convoca categoria à luta.** 17 mar. 2015a. Disponível em: <https://sintepp.org.br/governo-diz-pagar-piso-somente-em-abril-e-sintepp-convoca-categoria-a-luta>. Acesso em Fev. 2026.

SINTEPP. **12|05 – Marcha da Educação, Pça do Operário São Brás.** 11 maio 2015b. Disponível em: <https://sintepp.org.br/1205-marcha-da-educacao-pca-do-operario-sao-bras>. Acesso em Fev. 2026.

SINTEPP. **Categoria em luta consegue audiência com Chefe da Casa Civil.** 1 jun. 2022. Disponível em: <https://sintepp.org.br/categoria-em-luta-consegue-audiencia-com-chefe-da-casa-civil>. Acesso em Fev. 2026.

SINTEPP (Marabá). **Greve deflagrada em 23 de setembro de 2013.** set. 2013. Disponível em: <https://www.sinteppmaraba.com.br/2013/09/?m=0>. Acesso em Dez. 2025.

SINTEPP. **Categoria aprova greve na educação paraense a partir de 16/03.** 2022. Disponível em: <https://sintepp.org.br/categoria-aprova-greve-na-educacao-paraense-a-partir-de-16-03/>. Acesso em Dez. 2025.

SINTEPP. **Panfleto PCCR.** 2022. Disponível em: <https://sintepp.org.br/wp-content/uploads/2022/05/panfleto-PCCR-pdf.pdf>. Acesso em Dez. 2025.

SINTEPP. **Estatuto do Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará.** Reformulado no XXIII Congresso Estadual. Belém, PA: SINTEPP, 2022. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:c06f8002-3e62-40dd-9c2b-5a739b4bd48f>. Acesso em: 20 jul. 2026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). **Estado e Sintepp firmam acordo.** 19 nov. 2013. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/545-Estado-e-Sintepp-firmam-acordo.xhtml>. Acesso em Dez. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). **Estado e Sintepp firmam acordo.** 19 nov. 2013. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/545-Estado-e-Sintepp-firmam-acordo.xhtml>. Acesso em Dez. 2025.